

Informações financeiras intermediárias

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

31 de março de 2026
com Relatório do Auditor Independente

Comentário do Desempenho

A TERP GLBL Brasil I Participações S.A. (“Companhia” ou “TERP”) é uma *holding* que atua no segmento de geração de energia renovável por meio de suas controladas diretas que, em conjunto, constituem o Complexo Eólico Alto Sertão I, localizado nos municípios de Guanambi, Caetitê e Igaporã, no sudoeste do Estado da Bahia, Brasil.

O Complexo Eólico Alto Sertão I possui autorizações para exploração outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com vigência até agosto de 2045. A receita operacional da Companhia decorre de contratos de longo prazo (20 anos), assinados entre suas controladas diretas e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que representa os consumidores de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os contratos são provenientes do Leilão de Energia de Reserva de 2009 (LER 2009) promovido pela ANEEL, contêm oscilações nas quantidades físicas (MWh), atualização de preços com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e vigência até junho de 2032.

Em 30 de janeiro de 2026, o até então acionista da Companhia, Power III Fundo de Investimento em Participações, celebrou um Contrato de Venda de Ações (SPA) com a Santa Clara Energética S.A., referente à alienação de 100% da participação acionária de sua propriedade. Sendo, assim, a Santa Clara Energética S.A. a partir de 01 de fevereiro de 2026, tornou-se a nova e única acionista da Companhia detendo o controle acionário direto sobre 14 (quatorze) parques eólicos – todos em operação – com capacidade instalada de 294,4 MW. A Companhia manteve, sem alterações, a Elera Renováveis S.A. (“Elera”), empresa pertencente ao grupo econômico da Brookfield Corporation (“Brookfield”), para serviços administrativos e de gestão de O&M.

No 1T26, o Complexo Eólico Alto Sertão I gerou 145.862 MWh medido no POI (*point of interconnection*), uma redução de 8,4% em relação ao 1T25 (159.281 MWh). A receita operacional líquida totalizou R\$ 49,7 milhões no 1T26 ante R\$ 52,5 milhões no 1T25, refletindo o efeito do reajuste anual pelo IPCA nos contratos existentes, a geração e o ISS deduzido sobre a receita.

O custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizou R\$ 38,2 milhões no período ante R\$ 40,2 milhões no 1T25. Houve uma queda no percentual de capitalização de imobilizado para 2026 de 27% para 18%. Critério alterado para ficar mais próximo da realidade da planta de geração.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1,8 milhões no 3T25, um decréscimo de R\$ 1,1 milhões em relação ao 1T25, principalmente em função da queda dos gastos com serviços de terceiros em especial em relação ao contrato de auditoria será realizado no 2T26, e fechado no 1T25.

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa de R\$ 27,2 milhões no 1T26 ante R\$ 26,1 milhões no 1T25, em razão do aumento dos encargos com juros e do custo de captação, decorrentes dos empréstimos via emissão de debêntures.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente totalizou R\$ 3,0 milhões no 1T26 ante R\$ 3,0 milhões no 1T25, não tendo relevância para variação entre trimestres.

Como consequência dessas variações, o prejuízo líquido no 1T26 totalizou -R\$ 20,6 milhões, uma redução de 0,8% em relação ao prejuízo líquido de -R\$ 20,4 milhões no 1T25. Esse desempenho reflete, principalmente, o impacto das despesas financeiras relacionadas às debêntures.

O EBITDA no 1T26 totalizou R\$ 27,3 milhões ante R\$ 33,4 milhões no 1T25, uma diminuição de 18,3%, com impacto negativo de 8,8 p.p na margem EBITDA do período (54,9%). O EBITDA (*Earnings Before*

Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance gerencial para avaliar a situação financeira da Companhia e para comparação com empresas similares.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho operacional, endividamento ou liquidez definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido dos exercícios para o EBITDA e a Margem EBITDA, calculada através do EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

<i>(em milhares de R\$, exceto %)</i>	1T26	1T25	AH (%)	AH (R\$)
Lucro líquido do exercício	-20.600	-20.428	0,8%	-172
Resultado financeiro	27.208	26.054	4,4%	1.154
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.027	3.029	-0,1%	-2
Depreciação e amortização	17.633	24.740	-28,7%	-7.107
EBITDA	27.268	33.395	-18,3%	-6.127
Margem EBITDA	54,9%	63,6%	-8,8%	n.a.

Informações financeiras intermediárias

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

31 de março de 2026
com Relatório do Auditor Independente

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

31 de março de 2026

Índice

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Contexto operacional	11
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
Caixa e equivalentes de caixa.....	18
Contas a receber de clientes.....	19
Tributos a recuperar.....	20
Investimentos.....	21
Imobilizado.....	25
Ativo de direito de uso e arrendamento.....	31
Contas a pagar e fornecedores.....	38
Provisão para demandas judiciais.....	39
Provisão para desmobilização.....	43
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	45
Patrimônio líquido atribuível a controladora	47
Receita operacional líquida.....	49
Custos e despesas operacionais	53
Outras receitas e despesas operacionais.....	54
Resultado financeiro	54
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	54
Transações com partes relacionadas.....	57
Seguros	60
Instrumentos financeiros e gerenciamento e risco	61
Compromissos.....	70
Transações que não envolvem caixa	70



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Diretores da
TERP GLBL Brasil I Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da TERP GLBL Brasil I Participações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

São Paulo, 14 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson', is written over a faint, light blue circular stamp.

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC SP-251558/O

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	142.638	69.906	254.703	188.320
Contas a receber	4	61.072	107.126	105.050	89.069
Estoques		3.579	3.533	5.491	5.445
Dividendos a receber	19	50.368	81.885	-	-
Tributos a recuperar	5	8.962	3.637	12.235	6.243
Despesas antecipadas		206	290	1.458	2.152
Outros créditos		191	178	200	186
Total do ativo circulante		267.016	266.555	379.137	291.415
Não circulante					
Contas a receber	4	-	-	3.943	19.333
Tributos a recuperar	5	7.805	5.871	7.805	5.871
Mútuos a receber	19	149.085	144.347	149.085	144.347
Depósitos judiciais		-	-	1.183	1.164
Investimentos	6	629.143	615.947	-	-
Imobilizado	7	9.689	9.772	673.609	691.370
Ativo de direito de uso	8	908	1.017	24.593	24.942
Total do ativo não circulante		796.630	776.954	860.218	887.027
Total do ativo		1.063.646	1.043.509	1.239.355	1.178.442

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	16.862	13.415	114.479	66.110
Empréstimos e financiamentos	12	145.677	109.023	145.677	109.023
Obrigações tributárias		1.407	790	6.912	8.754
Obrigações sociais e trabalhistas		154	178	154	178
Dividendos a pagar	19	16.516	16.516	16.516	16.516
Passivo de arrendamento	8	32	12	1.033	1.150
Outras obrigações		324	376	327	379
Total do passivo circulante		180.972	140.310	285.098	202.110
Não circulante					
Fornecedores	9	-	-	21.735	23.705
Empréstimos e financiamentos	12	894.573	894.323	894.573	894.323
Passivo de arrendamento	8	763	938	28.030	28.281
Provisão para desmobilização de ativos	11	-	-	22.062	21.584
Provisão para demandas judiciais	10	-	-	333	315
Outras obrigações		-	-	186	186
Total do passivo não circulante		895.336	895.261	966.919	968.394
Patrimônio líquido					
Capital social	13	21.000	21.000	21.000	21.000
Reserva legal		4.200	4.200	4.200	4.200
Prejuízos acumulados		(37.862)	(17.262)	(37.862)	(17.262)
Total do patrimônio líquido		(12.662)	7.938	(12.662)	7.938
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.063.646	1.043.509	1.239.355	1.178.442

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receita operacional líquida	14	8.974	15.518	49.707	52.473
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	15	(12.081)	(14.426)	(38.200)	(40.199)
Lucro(prejuízo) bruto		(3.107)	1.092	11.507	12.274
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	15	(138)	(1.423)	(1.845)	(2.901)
Outras despesas(receitas) operacionais	16	(25)	(1.069)	(27)	(718)
Resultado com equivalência patrimonial	6	11.696	6.019	-	-
		11.533	3.527	(1.872)	(3.619)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		8.426	4.619	9.635	8.655
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	17	8.112	692	11.756	2.326
Despesas financeiras	17	(37.138)	(25.739)	(38.964)	(28.380)
		(29.026)	(25.047)	(27.208)	(26.054)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.600)	(20.428)	(17.573)	(17.399)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	18	-	-	(3.027)	(3.029)
Prejuízo do período		(20.600)	(20.428)	(20.600)	(20.428)
Resultado por ação básico e diluído - R\$		(0,05251)	(0,05207)	(0,05251)	(0,05207)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo do período	(20.600)	(20.428)	(20.600)	(20.428)
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do período	(20.600)	(20.428)	(20.600)	(20.428)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findo 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		21.000	4.200	1.802	-	27.002
Prejuízo do exercício		-	-	-	(20.428)	(20.428)
Saldos em 31 de março de 2025		21.000	4.200	1.802	(20.428)	6.574
Saldos em 31 de dezembro de 2025		21.000	4.200	-	(17.262)	7.938
Prejuízo do exercício		-	-	-	(20.600)	(20.600)
Saldos em 31 de março de 2026		21.000	4.200	-	(37.862)	(12.662)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.600)	(20.428)	(17.573)	(17.399)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação do ativo imobilizado	7 e 15 48	1.950	17.726	24.344
Depreciação de ativo de direito de uso	8 e 15 109	155	349	396
Juros sobre empréstimos	12 e 17 36.654	25.682	36.654	25.682
Juros sobre passivo de arrendamento	8 e 17 8	33	496	573
Baixa de ativo imobilizado	7 253	-	253	84
Resultado de equivalência patrimonial	6 (11.696)	(6.019)	-	-
Amortização do custo de captação	12 250	222	250	222
Atualização da provisão de demandas judiciais	10 e 17 -	-	18	265
Atualização da provisão de desmobilização	11 e 17 -	-	478	439
Receita financeira com mútuo concedido	17 (4.738)	-	(4.738)	-
Dividendos a receber	30.017	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	46.054	(5.058)	(591)	2.581
Estoques	(46)	8	(46)	9
Tributos a recuperar	(7.259)	1.602	(7.926)	1.682
Depósitos judiciais	-	-	(19)	(180)
Despesas antecipadas	84	-	694	582
Outros créditos de ativo	(13)	38	(14)	(158)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	3.447	7.374	46.399	62.321
Obrigações sociais e trabalhistas	(24)	(30)	(24)	(30)
Obrigações tributárias	617	344	(1.842)	(1.661)
Outros passivos	(52)	71	(52)	73
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.027)	(3.029)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	73.113	5.944	67.465	96.796
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7 (218)	(160)	(218)	(3.119)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(218)	(160)	(218)	(3.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de passivo de arrendamento - principal	8 (163)	(254)	(864)	(919)
Custo de captação	-	(455)	-	(455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(163)	(709)	(864)	(1.374)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de Caixa	72.732	5.075	66.383	92.303
Caixa e equivalente de caixa no início do período	69.906	9.179	188.320	30.958
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	142.638	14.254	254.703	123.261

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de três meses findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receitas					
Venda de bens e/ou serviços, líquidas	14	12.681	17.267	55.444	56.337
Outras receitas		-	-	-	380
		12.681	17.267	55.444	56.717
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços de terceiros		(11.862)	(14.158)	(14.190)	(11.931)
Materiais, energia e outros		(715)	(547)	(1.123)	(1.321)
		(12.577)	(14.705)	(15.313)	(13.252)
Valor adicionado bruto		104	2.562	40.131	43.465
Retenções					
Depreciação e amortização	7, 8	(157)	(2.105)	(18.075)	(24.740)
Valor adicionado líquido produzido		(53)	457	22.056	18.725
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	6	11.696	6.019	-	-
Receitas financeiras	17	8.112	692	11.756	2.326
		19.808	6.711	11.756	2.326
Valor adicionado total a distribuir		19.755	7.168	33.812	21.051
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		508	502	508	502
Remuneração direta		284	259	284	259
Benefícios		124	152	124	152
FGTS		22	20	22	20
Outros		78	71	78	71
Impostos, taxas e contribuições		2.709	1.355	14.940	12.597
Federais		169	619	12.297	11.690
Estaduais		-	735	3	737
Municipais		2.540	1	2.640	170
Remuneração de capitais de terceiros	17	37.138	25.739	38.964	28.380
Juros		36.675	25.723	37.163	26.190
Despesas financeiras		463	16	1.801	2.190
Remuneração de capitais próprios		(20.600)	(20.428)	(20.600)	(20.428)
Prejuízo do período		(20.600)	(20.428)	(20.600)	(20.428)
Valor adicionado distribuído		19.755	7.168	33.812	21.051

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A TERP GLBL Brasil I Participações S.A. (“Companhia”, “TERP” ou “GLBLBR” e, em conjunto com suas controladas “Grupo”) constituída em 26 de janeiro de 2015, é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Av. Alm. Júlio de Sá Bierrenbach, 200 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22775-028, e tem por objeto: a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em Companhias que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades. A Companhia tem por objeto social, ainda, a prestação de serviços de operação e manutenção de parques eólicos, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro.

Em 17 de outubro de 2024, os acionistas, por meio do Instrumento Particular de Transformação do Tipo Societário, alteraram o tipo societário da TERP para sociedade anônima de capital fechado.

Em 06 de fevereiro de 2025 as Companhias TerraForm Global Brazil Holding B.V. e TerraForm Global International Holding B.V. efetuaram a transferência das ações de sua titularidade da Companhia TERP GLBL Brasil I Participações S.A. para TerraForm Global Singapore PTE. LTD., no montante total de 392.336.428 ações. No dia 07 de fevereiro de 2025 a empresa TerraForm Global Singapore PTE. LTD, na qualidade de subscritor do fundo de investimento Power III Fundo de Investimento em participações, subscreveu e integralizou suas quotas com a totalidade das ações detidas da TERP GLBL Brasil I Participações S.A. Desta forma, o referido Fundo passou a ser o acionista detentor da totalidade das ações da TERP, no montante de 392.336.428 ações.

Em 20 de fevereiro de 2025, a Companhia solicitou a submissão do pedido de registro da Companhia como emissora de valores mobiliários na categoria “B”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80” e “Registro de Companhia Aberta”, respectivamente), bem como a prática de todos os atos necessários para obtenção do Registro de Companhia Aberta; (ii) a criação e instalação do Conselho de Administração da Companhia; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, adaptado às exigências legais e regulamentares aplicáveis ao registro de Companhia aberta. Em 09 de Maio de 2025, foi deferido o registro de emissor, na categoria “B”, para a TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Em 30 de janeiro de 2026, o até então acionista da Companhia, Power III Fundo de Investimento em Participações, celebrou um Contrato de Venda de Ações (SPA) com a Santa Clara Energética S.A., referente à alienação de 100% da participação acionária de sua propriedade.

Sendo, assim, a Santa Clara Energética S.A. a partir de 01 de fevereiro, tornou-se a nova e única acionista da Companhia.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional—Continuação

A Companhia possui controle direto nas seguintes empresas (controladas):

Investidas	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Local	Percentual de participação (%)	
				31.03.2026	31.12.2025
Centrais Eólicas Alvorada Ltda. ("Alvorada")	8,00	695/2010	Caetité - BA	100	100
Centrais Eólicas Candiba Ltda. ("Candiba")	9,60	691/2010	Guanambi - BA	100	100
Centrais Eólicas Guanambi Ltda. ("Guanambi")	20,80	700/2010	Guanambi - BA	100	100
Centrais Eólicas Guirapa Ltda. ("Guirapa")	28,80	743/2010	Guanambi - BA	100	100
Centrais Eólicas Igaporã Ltda. ("Igaporã")	30,40	696/2010	Igaporã - BA	100	100
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda. ("Ilhéus")	11,20	690/2010	Igaporã - BA	100	100
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda. ("L. de Almeida")	24,00	692/2010	Guanambi - BA	100	100
Centrais Eólicas N. S. Conceição Ltda. ("N. S. da Conceição")	28,80	693/2010	Igaporã - BA	100	100
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda. ("Pajeú do Vento")	25,60	694/2010	Caetité - BA	100	100
Centrais Eólicas Pindaí Ltda. ("Pindaí")	24,00	699/2010	Guanambi - BA	100	100
Centrais Eólicas Planaltina Ltda. ("Planaltina")	27,20	697/2010	Caetité - BA	100	100
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda. ("Porto Seguro")	6,40	698/2010	Igaporã - BA	100	100
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda. ("Rio Verde")	30,40	742/2010	Caetité - BA	100	100
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda. ("Serra do Salto")	19,20	689/2010	Guanambi - BA	100	100

As controladas da Companhia detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para exploração de parques eólicos, nos municípios de Guanambi, Caetité e Igaporã, no estado da Bahia, com prazo de autorização de operação até agosto de 2045.

As presentes informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 14 de maio de 2026.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo individual de R\$12.662, e consolidado de R\$12.662, decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$37.862.

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo preparou as informações financeiras intermediárias partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações financeiras intermediárias na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do período são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias -Continuação

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;
Nota explicativa 10 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;
Nota explicativa 11 – Provisão para desmobilização: Taxa de desconto das obrigações;
Nota explicativa 14 – Receita operacional líquida: Receita não faturada;

2.5. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas informações financeiras intermediárias consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

As datas das demonstrações financeiras das companhias controladas utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas divulgadas na Nota 1.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2026

As novas normas e interpretações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026 foram avaliadas pela Administração e não produziram impactos nas informações financeiras intermediárias do Grupo para o período findo em 31 de março de 2026.

O Grupo não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes

IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- i) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- ii) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- iii) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias -Continuação

2.7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias -Continuação

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

2.8. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.9. Apresentação de informações por meio de segmentos

As decisões tomadas pela diretoria do Grupo são baseadas em relatórios consolidados, assim como o suprimento e o fornecimento de energia são realizados por meio de uma rede integrada de geração. As operações das controladas da Companhia são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a diretoria do Grupo concluiu que possui apenas um único segmento de geração de energia eólica reportável.

2.10. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado (DVA) são apresentadas conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar para fins do IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme normas do IFRS, sendo preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas consideram que caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo do Grupo. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e depósitos bancários	278	310	1.025	1.176
Aplicações financeiras	142.360	69.596	253.678	187.144
Total	142.638	69.906	254.703	188.320

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	9.312	-	53.859	32.209
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	133.048	69.596	199.819	154.935
			142.360	69.596	253.678	187.144

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa do Grupo durante o período de 31 de março de 2026 foi remunerado a uma taxa nominal de 98% do CDI (98% em 31 de dezembro de 2025), com liquidez imediata. As instituições financeiras nas quais os recursos financeiros são mantidos possuem classificação de rating BB.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para o Grupo em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pelo Grupo, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Venda de energia faturada	-	-	25	25
Venda de energia não faturada	-	-	31.463	32.359
Venda de energia - CCEE (*)	-	-	77.025	75.985
Contas a receber - partes relacionadas	61.072	107.126	480	33
	61.072	107.126	108.993	108.402
Total circulante	61.072	107.126	105.050	89.069
Total não circulante	-	-	3.943	19.333

(*) Correspondem aos ajustes de quadriênio proveniente dos contratos firmados de energia reserva com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Saldo a vencer	59.604	105.066	107.289	104.765
Saldo vencido até 30 dias	260	-	483	-
Saldo vencido de 31 a 90 dias	200	-	200	-
Saldo vencido de 91 a 180 dias	1.008	2.060	1.021	3.637
Total	61.072	107.126	108.993	108.402

O Grupo não espera perdas relevantes no saldo do contas a receber.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

5. Tributos a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para o Grupo. Os saldos são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações do Grupo. O Grupo revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
IRRF a compensar	1.252	567	1.252	567
IRRF sobre aplicações financeiras	1.210	1.047	4.454	3.625
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	752	752	752	752
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	446	446	446	446
Total tributos diretos	3.660	2.812	6.904	5.390
PIS - Programa de integração social	614	614	614	614
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	2.819	2.819	2.819	2.819
ISS a recuperar	758	527	784	555
Retenções Lei 10.833	4.372	2.438	4.372	2.438
Outros	4.544	298	4.547	298
Total tributos indiretos	13.107	6.696	13.136	6.724
Total - Tributos a recuperar	16.767	9.508	20.040	12.114
Ativo circulante	8.962	3.637	12.235	6.243
Ativo não circulante	7.805	5.871	7.805	5.871

Em 31 de março de 2026, no que diz respeito às eventuais incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuaram as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

6. Investimentos (Controladora)

Os investimentos da Companhia em controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) Investimento em coligada e em controlada, para fins das informações financeiras intermediárias. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às informações financeiras intermediárias com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação de uma entidade do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da entidade no prejuízo de uma controlada excede a participação da entidade naquela investida (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da entidade na investida), a entidade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a entidade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da investida.

As exigências do CPC 48 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento de uma entidade do Grupo em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma entidade da Grupo realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à entidade.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

6. Investimentos (Controladora)--Continuação

Investidas	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro/ (prejuízo) do período		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.03.2025
Alvorada	100,00%	100,00%	13.143	12.698	463	(89)	13.143	12.698	463	(89)
Candiba	100,00%	100,00%	15.381	15.226	173	830	15.381	15.226	173	830
Guanambi	100,00%	100,00%	25.579	25.743	(268)	219	25.579	25.743	(268)	219
Guirapá	100,00%	100,00%	47.682	47.488	186	302	47.682	47.488	186	302
Igaporã	100,00%	100,00%	46.967	45.332	1.443	503	46.967	45.332	1.443	503
Ilhéus	100,00%	100,00%	20.251	19.125	1.124	255	20.251	19.125	1.124	255
L. de Almeida	100,00%	100,00%	40.589	40.335	264	823	40.589	40.335	264	823
N. S. da Conceição	100,00%	100,00%	52.203	49.814	2.255	447	52.203	49.814	2.255	447
Pajéu do Vento	100,00%	100,00%	43.364	41.125	2.235	(100)	43.364	41.125	2.235	(100)
Pindaí	100,00%	100,00%	39.148	38.926	270	754	39.148	38.926	270	754
Planaltina	100,00%	100,00%	48.188	44.677	3.438	992	48.188	44.677	3.438	992
Porto Seguro	100,00%	100,00%	14.987	14.664	321	299	14.987	14.664	321	299
Rio Verde	100,00%	100,00%	40.354	37.021	2.263	(175)	40.354	37.021	2.263	(175)
Serra do Salto	100,00%	100,00%	30.282	30.812	(535)	959	30.282	30.812	(535)	959
Mais valia (*)					-	-	151.025	152.961	(1.936)	-
Total					13.632	6.019	629.143	615.947	11.696	6.019

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

6. Investimentos (Controladora)--Continuação

Investidas	Saldo em 2024	Equivalência patrimonial	Amortização	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2025	Equivalência patrimonial	Amortização	Outros	Saldo em 31.03.2026
Alvorada	15.946	4.157	-	(2.831)	(4.574)	12.698	463	-	(18)	13.143
Candiba	17.042	6.544	-	(4.638)	(3.722)	15.226	173	-	(18)	15.381
Guanambi	30.211	11.857	-	(8.730)	(7.595)	25.743	(268)	-	104	25.579
Guirapá	50.681	20.516	-	(9.235)	(14.474)	47.488	186	-	8	47.682
Igaporã	52.446	19.182	-	(9.935)	(16.361)	45.332	1.443	-	192	46.967
Ilhéus	21.480	7.009	-	(2.626)	(6.738)	19.125	1.124	-	2	20.251
L. de Almeida	42.280	17.850	-	(8.068)	(11.727)	40.335	264	-	(10)	40.589
N. S. da Conceição	56.963	18.602	-	(4.722)	(21.029)	49.814	2.255	-	134	52.203
Pajéu do Vento	44.927	19.112	-	(3.570)	(19.344)	41.125	2.235	-	4	43.364
Pindaí	41.889	20.088	-	(9.811)	(13.240)	38.926	270	-	(48)	39.148
Planaltina	56.537	20.887	-	(12.756)	(19.991)	44.677	3.438	-	73	48.188
Porto Seguro	17.205	3.502	-	(2.088)	(3.955)	14.664	321	-	2	14.987
Rio Verde	44.144	20.427	-	(8.166)	(19.384)	37.021	2.263	-	1.070	40.354
Serra do Salto	40.956	11.740	-	(13.190)	(8.694)	30.812	(535)	-	5	30.282
Mais valia (*)	160.705	-	(7.744)	-	-	152.961	-	(1.936)	-	151.025
Total	693.412	201.473	(7.744)	(100.366)	(170.828)	615.947	13.632	(1.936)	1.500	629.143

(*) Na demonstração do resultado do período da controladora, a amortização da mais valia é apresentada como resultado de equivalência patrimonial.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

6. Investimento (Controladora)--Continuação

Principais informações sobre empresas controladas

	31.03.2026				31.12.2025			
	Total do	Total do	Patrimônio	Lucro/ (prejuízo) do	Total do	Total do	Patrimônio	Lucro do
	ativo	passivo	líquido	período	ativo	passivo	líquido	exercício
Alvorada	17.291	4.148	13.143	463	17.773	5.076	12.698	4.157
Candiba	25.496	10.114	15.381	173	24.372	9.146	15.226	6.544
Guanambi	49.067	23.487	25.579	(268)	47.239	21.496	25.743	11.857
Guirapá	89.049	41.368	47.682	186	84.723	37.236	47.488	20.516
Igaporã	84.543	37.576	46.967	1.443	80.073	34.741	45.332	19.182
Ilhéus	29.902	9.651	20.251	1.124	28.224	9.098	19.125	7.009
L. de Almeida	65.707	25.119	40.589	264	62.708	22.373	40.335	17.850
N. S. da Conceição	68.887	16.684	52.203	2.255	80.491	30.676	49.814	18.602
Pajéu do Vento	59.887	16.523	43.364	2.235	60.845	19.721	41.125	19.112
Pindaí	65.781	26.633	39.148	270	62.394	23.468	38.926	20.088
Planaltina	66.822	18.634	48.188	3.438	88.144	43.468	44.677	20.887
Porto Seguro	18.360	3.373	14.987	321	18.842	4.178	14.664	3.502
Rio Verde	87.342	46.988	40.354	2.263	91.650	54.628	37.021	20.427
Serra do Salto	40.213	9.931	30.282	(535)	42.754	11.941	30.812	11.740
	768.347	290.229	478.118	13.632	790.232	327.246	462.986	201.473

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. O Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das informações financeiras intermediárias, corresponda aos montantes efetivamente investidos pelo Grupo.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final 31 de dezembro de 2025 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado—Continuação

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	Vida útil
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

O Grupo revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado quando identificadas.

O Grupo analisou em 31 de dezembro de 2025 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. A diretoria avaliou e concluiu que não há indicativos de perdas no valor recuperável do ativo imobilizado.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado da controladora

	31.03.2026		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	7.529	(1.234)	6.295
Estoque de ativo fixo (a)	3.394	-	3.394
Bens em andamento	-	-	-
	10.923	(1.234)	9.689

Custo	31/12/2025	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2026
Máquinas e equipamentos	7.410	-	-	119	7.529
Estoque de ativo fixo (a)	3.548	124	(253)	(25)	3.394
Bens em andamento	-	94	-	(94)	-
	10.958	218	(253)	-	10.923

Depreciação	31/12/2025	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2026
Máquinas e equipamentos	(1.186)	(48)	-	-	(1.234)
	(1.186)	(48)	-	-	(1.234)

- (a) São ativos relacionados a peças de manutenção dos aerogeradores, diferenciando-se do estoque de almoxarifado

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado—Continuação

	31.12.2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	7.410	(1.186)	6.224
Estoque de ativo fixo (a)	3.548	-	3.548
	10.958	(1.186)	9.772

Custo	31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	5.564	1.496	(10)	360	7.410
Estoque de ativo fixo	3.060	848	-	(360)	3.548
	8.624	2.344	(10)	-	10.958

Depreciação	31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	(34)	(1.152)	-	-	(1.186)
	(34)	(1.152)	-	-	(1.186)

- (a) São ativos relacionados a peças de manutenção dos aerogeradores, diferenciando-se do estoque de almoxarifado

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado—Continuação

Movimentação do imobilizado do consolidado

	31.03.2026	
	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	1.338.573	(873.531)
Edificações, obras civis benfeitorias	74.114	(37.837)
Provisão para desmobilização	10.946	(3.273)
Estoque de ativo fixo	11.841	-
Bens em andamento	1.751	-
Mais valia (b)	232.345	(81.320)
	1.669.570	(995.961)
		Valor líquido
		465.042
		36.277
		7.673
		11.841
		1.751
		151.025
		673.609

Custo	31/12/2025	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2026
Máquinas e equipamentos	1.338.454	-	-	119	1.338.573
Edificações, obras civis benfeitorias	74.114	-	-	-	74.114
Provisão para desmobilização	10.946	-	-	-	10.946
Estoque de ativo fixo	11.995	124	(253)	(25)	11.841
Bens em andamento	1.751	94	-	(94)	1.751
Mais valia (b)	232.345	-	-	-	232.345
	1.669.605	218	(253)	-	1.669.570

Depreciação	31/12/2025	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2026
Máquinas e equipamentos	(858.690)	(14.841)	-	-	(873.531)
Edificações, obras civis benfeitorias	(36.987)	(850)	-	-	(37.837)
Provisão para desmobilização	(3.174)	(99)	-	-	(3.273)
Mais valia (b)	(79.384)	(1.936)	-	-	(81.320)
	(978.235)	(17.726)	-	-	(995.961)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado—Continuação

	31.12.2025	
	Custo	Depreciação acumulada
Máquinas e equipamentos	1.338.454	(858.690)
Edificações, obras civis benfeitorias	74.114	(36.987)
Provisão para desmobilização	10.946	(3.174)
Estoque de ativo fixo	11.995	-
Bens em andamento	1.751	-
Mais valia (b)	232.345	(79.384)
	1.669.605	(978.235)

Custo	31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	1.334.758	-	(8.903)	12.599	1.338.454
Edificações, obras civis benfeitorias	74.114	-	-	-	74.114
Provisão para desmobilização	10.946	-	-	-	10.946
Estoque de ativo fixo	11.561	846	(52)	(360)	11.995
Bens em andamento	7.326	12.677	(6.013)	(12.239)	1.751
Mais valia (b)	232.345	-	-	-	232.345
	1.671.050	13.523	(14.968)	-	1.669.605

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

Depreciação	31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	(782.034)	(84.504)	7.848	-	(858.690)
Edificações, obras civis benfeitorias	(33.586)	(3.401)	-	-	(36.987)
Provisão para desmobilização	(2.777)	(397)	-	-	(3.174)
Mais valia (b)	(71.640)	(7.744)	-	-	(79.384)
	(890.037)	(96.046)	7.848	-	(978.235)

- (b) Em 15/07/2015 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações, na qual o Grupo adquiriu 100% das ações da Nova Renova Energia Ltda. Durante a avaliação dos ativos identificáveis adquiridos da Nova Renova Energia Ltda conforme descrito no CPC 15 o Grupo identificou uma mais valia no montante de R\$232.345 alocada ao ativo fixo. O montante referente a mais valia alocada será amortizada seguindo o prazo de autorização dos parques eólicos (agosto de 2045).

8. Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Terrenos 320 meses (delimitado pela data autorização da operação);
- Edificações: 45 meses (delimitado pela data autorização da operação);
- Veículos automotores e outros equipamentos: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 o valor contábil líquido dos ativos de direito de uso com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perdas no valor recuperável dos ativos de direito de uso.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Ativo de direito de uso e arrendamento-Continuação

A composição do ativo de direito de uso é a seguinte:

Movimentação da controladora

	31.03.2026		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Edificações	1.732	(1.487)	245
Equipamentos	291	(219)	72
Veículos	1.364	(773)	591
	3.387	(2.479)	908

Custo	31/12/2025	Adição	Baixa	31/03/2026
Edificações	1.732	-	-	1.732
Equipamentos	291	-	-	291
Veículos	1.364	-	-	1.364
	3.387	-	-	3.387

Amortização	31/12/2025	Adição	Baixa	31/03/2026
Edificações	(1.432)	(55)	-	(1.487)
Equipamentos	(219)	-	-	(219)
Veículos	(719)	(54)	-	(773)
	(2.370)	(109)	-	(2.479)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Ativo de direito de uso e arrendamento-Continuação

Movimentação da controladora

	31.12.2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Edificações	1.732	(1.432)	300
Equipamentos	291	(219)	72
Veículos	1.364	(719)	645
	3.387	(2.370)	1.017

Custo	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Edificações	1.732	-	-	1.732
Equipamentos	291	-	-	291
Veículos	2.899	161	(1.696)	1.364
	4.922	161	(1.696)	3.387

Amortização	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Edificações	(1.147)	(285)	-	(1.432)
Equipamentos	(219)	-	-	(219)
Veículos	(2.007)	(263)	(1.551)	(719)
	(3.373)	(548)	(1.551)	(2.370)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Ativo de direito de uso e arrendamento-Continuação

Movimentação do consolidado

	31.03.2026		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	29.816	(6.131)	23.685
Edificações	1.732	(1.487)	245
Equipamentos	292	(219)	73
Veículos	1.364	(774)	590
	33.204	(8.611)	24.593

Custo	31/12/2025	Adição	Baixa	31/03/2026
Terrenos	29.816	-	-	29.816
Edificações	1.732	-	-	1.732
Equipamentos	292	-	-	292
Veículos	1.364	-	-	1.364
	33.204	-	-	33.204

Amortização	31/12/2025	Adição	Baixa	31/03/2026
Terrenos	(5.891)	(240)	-	(6.131)
Edificações	(1.432)	(55)	-	(1.487)
Equipamentos	(219)	-	-	(219)
Veículos	(720)	(54)	-	(774)
	(8.262)	(349)	-	(8.611)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Ativo de direito de uso e arrendamento-Continuação

Movimentação do consolidado

	31.12.2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	29.816	(5.891)	23.925
Edificações	1.732	(1.432)	300
Equipamentos	292	(219)	73
Veículos	1.364	(720)	644
	33.204	(8.262)	24.942

Custo	31/12/2024	Adição	Transferência	31/12/2025
Terrenos	29.816	-	-	29.816
Edificações	1.732	-	-	1.732
Equipamentos	292	-	-	292
Veículos	2.899	161	(1.696)	1.364
	34.739	161	(1.696)	33.204

Amortização	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Terrenos	(4.916)	(975)	-	(5.891)
Edificações	(1.147)	(285)	-	(1.432)
Equipamentos	(219)	-	-	(219)
Veículos	(2.007)	(263)	(1.550)	(720)
	(8.289)	(1.523)	(1.550)	(8.262)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Ativo de direito de uso e arrendamento-Continuação

Em 31 de março de 2026, os passivos de arrendamento são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Valor nominal dos pagamentos futuros	924	987	56.032	56.909
Ajuste a valor presente	(129)	(37)	(26.969)	(27.478)
	795	950	29.063	29.431
Passivo circulante	32	12	1.033	1.150
Passivo não circulante	763	938	28.030	28.281

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa que variam de 8,53% a 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.409	30.415
Pagamento	(596)	(3.297)
Adição	161	161
Baixas	(145)	(146)
Juros sobre arrendamento	121	2.298
Saldo em 31 de dezembro de 2025	950	29.431
Pagamento	(163)	(864)
Juros sobre arrendamento (nota 17)	8	496
Saldo em 31 de março de 2026	795	29.063

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

8. Ativo de direito de uso e arrendamento-Continuação

Em 31 de março de 2026, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	768	1.033
2028	27	897
2029	-	670
2030	-	727
A partir de 2031	-	25.736
	795	29.063

Informações adicionais

Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19 e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais com juros efetivos. Para o cálculo da taxa efetiva utilizamos os índices que variam de 14,65% a 15,65%, mais o spread de 0,87%, com base na captação de dívida mais recente de março de 2026 do Grupo. As taxas são aplicadas nos fluxos de pagamento para determinação de seus impactos nos contratos de arrendamento.

Fluxo nominal

Passivo de arrendamento
Juros embutidos

Consolidado	
31.03.2026	31.12.2025
56.032	56.909
(26.969)	(27.478)
29.063	29.431

Fluxo real efetivo inflacionado

Passivo de arrendamento
Juros embutidos

Consolidado	
31.03.2026	31.12.2025
54.132	54.964
(34.346)	(34.984)
19.786	19.980

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

9. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

O Grupo registra a geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas na modalidade do Leilão de Energia Reserva (LER), os ressarcimentos quadrienais e anuais, conforme descrito na Nota 14.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ressarcimento de energia - CCEE (*)	-	-	118.977	73.137
Fornecedores	13.258	9.908	15.750	15.117
Contas a pagar - partes relacionadas	3.479	3.383	1.349	1.421
Seguros	125	124	138	140
Total	16.862	13.415	136.214	89.815
Passivo circulante	16.862	13.415	114.479	66.110
Passivo não circulante	-	-	21.735	23.705

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

10. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria do Grupo classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A diretoria do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A diretoria do Grupo realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas informações financeiras intermediárias do Grupo em 31 de março de 2026.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

10. Provisão para contingências—Continuação

Em 31 de março de 2026, a Companhia não possui ações judiciais como de perda provável, no entanto, uma de suas controladas possui a seguinte ação judicial avaliada como perda provável.

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Riscos tributários	333	315
Total	333	315

Movimentação dos processos com probabilidade de perda provável

	Tributários
31 de dezembro de 2025	315
Atualização	18
31 de março de 2026	333

Adicionalmente, em 31 de março de 2026, o Grupo possui as seguintes contingências avaliadas como perdas possíveis:

TERP GLBL BRASIL I PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31 de março de 2026 existem dois processos administrativos tributários, classificado como perda possível no montante de R\$1.872 (R\$1.591 em 31 de dezembro de 2025), referente a um auto de infração.

CENTRAIS EOLICAS ALVORADA LTDA

Em 31 de março de 2026 não existe nenhum processo judicial cível, classificado como perda possível (R\$15 em 31 de dezembro de 2025).

CENTRAIS EOLICAS GUIRAPA LTDA

Em 31 de março de 2026 existe um processo administrativo tributário, classificados como perda possível no montante de R\$148 (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2025).

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

10. Provisão para contingências—Continuação

CENTRAIS EOLICAS IGAPORÃ LTDA.

Em 31 de março de 2026 existem dois processos, classificados como perda possível no montante de R\$1.082 (R\$1.160 em 31 de dezembro de 2025), referente a uma ação cível indenizatória e um processo administrativo tributário.

CENTRAIS EÓLICAS ILHÉUS LTDA.

Em 31 de março de 2026 existe um processo administrativo tributário como perda possível no montante de R\$3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2025).

CENTRAIS EOLICAS LICINIO DE ALMEIDA LTDA.

Em 31 de março de 2026 existe um processo judicial, classificado como perda possível no montante de R\$ 1 (R\$253 em 31 de dezembro de 2025), referente a uma ação de cobrança.

CENTRAIS EOLICAS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA.

Em 31 de março de 2026 existe um processo judicial tributário, classificado como perda possível no montante de R\$1 (R\$ 1.243 em 31 de dezembro de 2025), referente a uma execução fiscal proposta pelo estado da Bahia.

CENTRAIS EOLICAS PAJEÚ DO VENTO LTDA.

Em 31 de março de 2026 não existe nenhum processo judicial trabalhista, classificado como perda possível (R\$18 em 31 de dezembro de 2025).

CENTRAIS EOLICAS PLANALTINA LTDA.

Em 31 de março de 2026 existe um processo judicial tributário, classificado como perda possível no montante de R\$584 (R\$557 em 31 de dezembro de 2025).

CENTRAIS EOLICAS RIO VERDE LTDA.

Em 31 de março de 2026, não existe nenhum processo judicial cível, classificado como perda possível (R\$38 em 31 de dezembro de 2025).

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

10. Provisão para contingências—Continuação

Em 31 de março de 2026, para as demais controladas, não existem processos de qualquer natureza, conhecidas pela diretoria, classificadas perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Processos cíveis	228	984
Processos trabalhistas	-	18
Processos tributários judiciais e administrativos	3.469	4.014
Total	3.697	5.016

Movimentação dos processos com probabilidade de perda possível

	Tributários
31 de dezembro de 2025	5.016
Baixa	(71)
Atualização	(1.248)
31 de março de 2026	3.697

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

11. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo (Nota 7).

O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados quando julgados relevantes pela diretoria, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o imobilizado.

Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 8,86% para os parques eólicos. As premissas utilizadas pelas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base a inflação e vida útil do ativo.

	Consolidado	
	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para desmobilização	22.062	21.584
Total	22.062	21.584

Provisão para desmobilização	31.03.2026	31.12.2025
Saldo inicial	21.584	19.827
Atualização (nota 17)	478	1.757
Saldo final	22.062	21.584

12. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (covenants) de natureza financeira e não financeira. A diretoria realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação do Grupo.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		31.03.2026		31.12.2025	
Credor	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
1ª Emissão Debêntures	CDI + 0,87% a.a.	117.327	720.000	88.003	720.000
2ª Emissão Debêntures	CDI + 0,87% a.a.	29.332	180.000	22.001	180.000
Custo de contratação		(982)	(5.427)	(981)	(5.677)
Total		145.677	894.573	109.023	894.323

	31.03.2026	31.12.2025
Saldo inicial	1.003.346	797.633
Captação	-	200.000
Custo de contratação	-	(2.919)
Amortização custo de captação (nota 17)	250	981
Pagamento de juros	-	(128.156)
Juros provisionados (nota 17)	36.654	135.807
Saldo final	1.040.250	1.003.346

Em 05 de dezembro de 2024, a TERP GLBL Brasil I Participações S.A. efetuou sua primeira emissão de debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, com o propósito de destinar os recursos captados a fins corporativos em geral. As debêntures são compostas por 800.000 debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$ 800.000 de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 0,87% a.a., amortizado em parcelas anuais, a partir de 05 de dezembro de 2026. Os juros serão pagos semestralmente, nos meses de junho e dezembro, tendo o contrato como vencimento final a data de 05 de agosto de 2032.

Em 02 de junho de 2025, a TERP GLBL Brasil I Participações S.A. efetuou sua segunda emissão de debêntures, com mesmo fluxo de amortização de sua primeira emissão de debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, com o propósito de destinar os recursos captados a fins corporativos em geral. As debêntures são compostas por 200.000 debêntures públicas não conversíveis em ações no valor total de R\$ 200.000, com valor nominal unitário de R\$. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescidas da taxa de 0,87% a.a., amortizadas em parcelas anuais, a partir de 05 de dezembro de 2026. Os juros serão pagos semestralmente, nos meses de junho e dezembro, tendo o contrato como vencimento final a data de 05 de agosto de 2032.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos—Continuação

As parcelas do não circulante, em 31 de março de 2026, têm os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2027	100.000
2028	100.000
2029	150.000
2030	150.000
Após 2030	400.000
Total	900.000

A Emissora TERP GLBL Brasil I Participações S.A. está sujeita as garantias dadas aos debenturistas, que incluem alienação fiduciária de ações da Emissora e quotas das subsidiárias, além de cessão fiduciária de direitos creditórios, como direitos decorrentes dos recebíveis advindos das SPEs, bem como dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital.

Dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo da dívida líquida ajustada versus o EBITDA ajustado de (a) no máximo 4 vezes, até 31 de dezembro de 2026; (b) no máximo 3,5 vezes, até 31 de dezembro de 2028; e (c) no máximo 3 vezes, a partir de 31 de dezembro de 2029. A regra do cálculo é definida como: (a) a "Dívida Líquida" é composta pelo total da dívida, subtraído do valor das dívidas financeiras, e do valor do caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeira (sendo a dívida líquida ajustada) e, (b) o "Ebitda" significa o lucro ou prejuízo da Companhia, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e da participação de acionistas não controladores (sendo o EBITDA ajustado).

Além disso, o contrato possui covenants não financeiros e outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado as quais são constantemente monitoradas.

Dessa forma, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições pactuadas junto às instituições financeiras na data base das informações financeiras intermediárias.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$21.000 (R\$21.000 em 31 de dezembro de 2025), dividido em 392.336.428 (trezentas e noventa e duas milhões, trezentas e trinta e seis mil, quatrocentas e vinte e oito), ações nominativas, sendo assim distribuído:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionista				
Power III Fundo de Investimento Participações	-	-	392.336.428	100
Santa Clara Energética S.A.	392.336.428	100	-	-
Total	392.336.428	100	392.336.428	100

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Companhia por Ações.

Em 08 de dezembro de 2025 por meio de reunião do conselho de administração os acionistas deliberaram o pagamento do montante de R\$ 1.802 a título de dividendos complementares:

d) Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro do ano atribuível aos detentores de capital ordinário (titulares de ações ordinárias) da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital ordinário da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias, se aplicável.

A tabela a seguir apresenta o prejuízo básico por ação em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo do período	(20.600)	(20.428)
Denominador (número de ações)		
Número de ações ordinárias nominativas	392.336.428	392.336.428
Resultado básico por ação		
Prejuízo básico por ação ordinária (em Reais)	(0,05251)	(0,05207)

Tendo em vista que não há fatores dilutivos, o prejuízo básico por ação correspondente também ao prejuízo diluído por ação. O prejuízo por ação diluído se assemelha ao prejuízo básico por ação.

14. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional do Grupo é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A energia gerada pelas controladas da Companhia é vendida de duas formas: (i) por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); ou (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), ambos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A receita reconhecida pelas controladas da Companhia é gerada nos Parques Eólicos do Grupo e é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os contratos seguem o modelo de Contratação de Energia de Reserva (CER) e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

As controladas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15– Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. No mês subsequente, o valor estimado da contraprestação no mês anterior é estornado a receita efetivamente faturada é reconhecida.

14. Receita operacional líquida - Continuação

Adicionalmente, os contratos CER possuem limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada e estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descritos a seguir:

Geração excedente: a geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER é reconhecida no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. As controladas da Companhia reconhecem a receita excedente pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a geração excedente é apurada, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no pelo preço estabelecido em contrato entre as partes e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

Geração deficitária: a geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER é reconhecida no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada, sendo pagos em 12 parcelas após eventuais compensações com gerações excedentes, e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, sendo pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, mensurado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso nos contratos CER.

Receita não faturada

As controladas da Companhia registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas

Se referem a prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) através de contrato firmado entre a Controladora e suas controladas, abrangendo serviços relativos à administração, planejamento, serviços de engenharia, arquitetura, construção civil, manutenção, limpeza e afins.

14. Receita operacional líquida - Continuação

Curtailment

Em 25 de novembro de 2025, foi convertida em Lei nº 15.235/2025 a Medida Provisória nº 1.300/2025, promovendo ajustes no marco regulatório do setor elétrico. Entre as várias medidas estabelecidas, foram instituídos mecanismos de compensação financeira aplicáveis aos cortes de geração impostos pelo ONS (“curtailment”) de usinas eólicas e solares, classificados como indisponibilidade externa ou restrições de confiabilidade elétrica. As regras de compensação contemplam tanto os eventos ocorridos no período de 01 de setembro de 2023 a 25 de novembro de 2025, quanto aqueles verificados após 25 de novembro de 2025.

O objetivo desse mecanismo é recompor os efeitos econômicos decorrentes de eventos externos que restringiram involuntariamente a capacidade de geração das usinas.

Nos termos da legislação, o reconhecimento do direito econômico exige manifestação inequívoca de adesão da entidade às condições previstas, incluindo a renúncia a eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. Tal compromisso pode ser evidenciado pela assinatura de termo de compromisso ou por decisão administrativa documentada.

A diretoria do Grupo manifestou, em 22 de janeiro de 2026, a adesão ao mecanismo de compensação. Considerando-se a data de promulgação da referida legislação, conclui-se que as condições que fundamentam o reconhecimento do reembolso já existiam em 31 de dezembro de 2025.

Com base nesse arcabouço regulatório, o Grupo reconheceu na rubrica de receita líquida, em 31 de março de 2026, o valor de R\$ 16.392 (R\$40.079 em 31 de dezembro de 2025), correspondente ao direito de ressarcimento dos eventos de curtailment desde 01 de setembro de 2023, cujo direito contratual ao recebimento passou a existir após a aprovação da Lei nº 15.235/2025. O valor foi mensurado com base em dados operacionais validados pelo ONS e nas regras de contabilização e liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida - Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	-	-	55.444	56.337
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	12.681	17.267	-	-
	12.681	17.267	55.444	56.337
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
PIS	(209)	(312)	(571)	(689)
COFINS	(964)	(1.437)	(2.632)	(3.175)
ISS	(2.534)	-	(2.534)	-
	(3.707)	(1.749)	(5.737)	(3.864)
Receita operacional líquida	8.974	15.518	49.707	52.473

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

15. Custos e despesas operacionais

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Custo de geração de energia				
Royalties ANEEL	-	-	(7.071)	(5.927)
	-	-	(7.071)	(5.927)
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	(64)	(1)	(164)	(170)
Viagens	(84)	(46)	(84)	(46)
Serviços de terceiros	(10.702)	(10.031)	(10.761)	(7.814)
Seguros	-	(1)	(608)	(580)
Pessoal	(532)	(504)	(599)	(569)
Depreciação do ativo imobilizado	(48)	(1.950)	(17.726)	(24.344)
Depreciação do ativo de direito de uso	(109)	(155)	(349)	(396)
Manutenção	(387)	(1.696)	(398)	(82)
Telecomunicações	(20)	(20)	(20)	(20)
Aluguéis e utilidades	-	-	(17)	(10)
MRE/ CCEE (*)	-	-	(117)	(31)
Outros	(135)	(22)	(286)	(210)
	(12.081)	(14.426)	(31.129)	(34.272)
Total do custo de geração de energia	(12.081)	(14.426)	(38.200)	(40.199)

(*) Câmara de Comercialização de Energia (CCEE).

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas				
Viagens	(4)	-	(4)	-
Serviços de terceiros	(95)	(1.372)	(184)	(1.407)
Pessoal	(39)	(51)	(39)	(51)
Serviços de administração - partes relacionadas	-	-	(1.618)	(1.443)
Total das despesas gerais e administrativas	(138)	(1.423)	(1.845)	(2.901)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

16. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Impostos e taxas	-	(776)	-	(817)
Ganho(perda) venda de ativos	-	-	-	380
Baixas de ativo	-	-	(2)	-
Custo de aquisição	-	(107)	-	(107)
Despesa de compensação	-	(186)	-	(186)
Outras despesas(receitas)	(25)	-	(25)	12
Total das despesas(receitas) operacionais	(25)	(1.069)	(27)	(718)

17. Resultado financeiro

O Grupo reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos e as receitas financeiras de mútuos.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	3.374	692	7.018	2.326
Receita financeira com mútuo concedido	4.738	-	4.738	-
Total	8.112	692	11.756	2.326

As despesas financeiras abrangem principalmente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(36.654)	(25.682)	(36.654)	(25.682)
Juros sobre arrendamento	(8)	(33)	(496)	(573)
Custo de aquisição	(250)	-	(250)	-
Despesas com letras de crédito	-	-	(2)	(2)
Atualização provisão demandas judiciais	(1)	(1)	(18)	(265)
Atualização monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	(478)	(439)
Imposto sobre aplicações financeiras	(157)	(15)	(157)	(20)
Multas e juros	-	-	(8)	-
Atualização monetária	-	-	(828)	(994)
Despesas com juros e descontos concedidos	(1)	(8)	(2)	(405)
Outras despesas financeiras	(67)	-	(71)	-
Total	(37.138)	(25.739)	(38.964)	(28.380)

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

As controladas da Companhia apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de presunção de 8% para imposto de renda e 12% sobre as receitas brutas auferida no período de apuração, somadas a receita financeira. Sobre esta base é apurado o imposto de renda e a contribuição social mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(2.098)	(2.056)
Contribuição social	-	-	(929)	(973)
Total imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.027)	(3.029)

Todas as controladas da Companhia tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, exceto pela Companhia, que foi tributada pela sistemática do lucro real.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social	(20.600)	(21.892)	(17.573)	(17.399)
% do imposto	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.004	7.443	5.975	5.916
Diferencial de tributação em lucro presumido	-	-	2.637	47
Equivalência Patrimonial	3.977	1.549	-	-
Ajuste a valor presente de receita com mútuo	1.611	-	1.611	-
Créditos tributários IR e CSLL não constituído	(12.592)	(8.992)	(13.250)	(8.992)
Outros	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.027)	(3.029)
Taxa efetiva	-	-	-17,23%	-16,06%

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$66.780 (R\$62.051 em 31 de dezembro de 2025). O total da base negativa e prejuízo fiscal no período de 31 de março de 2026 é R\$196.411 (R\$182.503 em 31 de dezembro de 2025), que não foram reconhecidos baseados na ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato de a Companhia não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) / IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

As transações com partes relacionadas estão resumidas abaixo:

	Nota	Controladora	Consolidado		
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Ativo					
Contas a receber / Mútuo a receber					
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	1.579	2.071	-	-
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	1.400	2.444	-	-
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	4.268	6.142	-	-
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	5.746	8.592	-	-
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(a)	6.468	9.799	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	2.471	3.858	-	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	4.545	7.622	-	-
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	5.576	9.244	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	6.018	9.159	-	-
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	4.484	6.857	-	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	6.212	22.240	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	1.162	1.966	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	7.473	11.600	-	-
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	3.410	5.498	-	-
Elera Renováveis S.A.	(a)	33	34	253	33
Santa Clara Energética S.A.	(a)	226	-	226	-
Pontal Energia Holding S.A.	(a)	1	-	1	-
Terra Form Global Singapore Pte. Ltd	(g)	149.085	144.347	-	-
		210.157	251.473	480	33

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Dividendos a receber					
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(b)	1.039	1.021	-	-
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(b)	1.636	1.618	-	-
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(b)	2.964	3.068	-	-
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(b)	5.129	5.137	-	-
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(b)	4.795	4.988	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(b)	1.752	1.754	-	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(b)	4.463	4.452	-	-
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(b)	4.651	15.539	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(b)	4.778	4.783	-	-
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(b)	5.022	4.974	-	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(b)	5.221	14.884	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(b)	876	877	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(b)	5.107	15.849	-	-
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(b)	2.935	2.941	-	-
		50.368	81.885	-	-

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Passivo					
Contas a pagar					
Elera Renováveis S.A.	(c)	142	30	1.333	1.389
Tangará Energia S.A.	(c)	3	12	3	12
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	(c)	-	4	-	4
Elera Renováveis Participações S.A.	(c)	-	16	-	16
Mirante Energética S.A.	(c)	12	-	12	-
Centrais Eólicas Guirapa Ltda.	(c)	3.321	3.321	-	-
Alex Energia Participações S.A.	(c)	1	-	1	-
		3.479	3.383	1.349	1.421

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Dividendos a pagar					
Terraform Global Brazil Holding B.V.	(d)	16.516	16.516	16.516	16.516
		16.516	16.516	16.516	16.516

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas--Continuação

Receita	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Serviço de O&M					
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(e)	299	509	-	-
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(e)	474	534	-	-
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(e)	1.478	1.299	-	-
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(e)	1.709	1.510	-	-
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(e)	1.056	2.049	-	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(e)	205	808	-	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(e)	1.394	1.207	-	-
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(e)	885	1.859	-	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(e)	909	1.994	-	-
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(e)	1.421	1.043	-	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(e)	1.030	1.310	-	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(e)	206	303	-	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(e)	683	2.007	-	-
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(e)	932	835	-	-
		12.681	17.267	-	-

Despesa	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Serviço de ADM					
Elera Renováveis S.A.	(f)	-	-	1.618	1.443
		-	-	1.618	1.443

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Companhia;
- (c) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (d) Referem-se aos dividendos a serem pagos aos acionistas da Companhia;
- (e) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção dos parques eólicos, possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado, anualmente, pela variação do IGP-M;
- (f) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado, anualmente, pela variação do IGP-M.
- (g) Em 24 de junho de 2025, a Companhia celebrou um contrato de mútuo com o acionista controlador indireto Terra Form Global Singapore Pte. Ltd, por meio do qual foi concedido o valor de R\$200.000, sem incidência de juros, disponibilizado ao mutuário em 27 de junho de 2025. O prazo de vencimento do mútuo é de três anos a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado. O contrato prevê a possibilidade de pré-pagamento a qualquer tempo, sem penalidades. Além disso, o contrato não possui covenants ou outras obrigações restritivas. Conforme os princípios determinados pelo CPC 48/IFRS 9, o valor justo desse instrumento financeiro, foi mensurado no seu reconhecimento inicial como o valor presente do recebimento de caixa futuro descontado, considerando o prazo de três anos e utilizando a mesma taxa de juros aplicada à debênture emitida em 02 de junho de 2025 (CDI + 0,87%), cuja captação de recursos ocorreu em conexão à transação de concessão do mútuo. O ajuste pelo valor justo no reconhecimento inicial foi de R\$66.811 e foi reconhecido na forma de distribuição de resultados na rubrica de lucros acumulados, uma vez que a transação ocorreu em favor do acionista controlador indireto. Em 31 de março de 2026 foi reconhecida a receita financeira no montante de R\$4.738, correspondente a apropriação do ajuste a valor presente no período.

No período de 31 de março de 2026 e no exercício de 2025, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

20. Cobertura de seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

O total da cobertura segurada em 31 de março de 2026, para as empresas controladas pela Companhia é de R\$2.178.529 (R\$2.178.529 em 31 de dezembro de 2025) para os bens vinculados à autorização, com início em 22 de junho de 2025 e término em 30 de setembro de 2026.

A apólice de seguro mantida pelo Grupo tem como proponente principal a Elera Renováveis S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as eólicas das empresas que ficam abaixo da empresa GLBL Brasil Participações S.A.. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2025).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensuração de custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Essa classificação depende do modelo de negócios para administrar o ativo financeiro e dos prazos contratuais dos fluxos de caixa, conforme, sendo:

i) Custo amortizado

São aqueles mantidos para receber fluxos de caixa contratuais no pagamento do principal e juros em datas específicas. Um ganho ou perda é reconhecido no resultado quando do desreconhecimento do ativo ou na redução ao valor recuperável. A receita de juros é incluída na receita financeira usando o método da taxa efetiva de juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo e classificados na categoria de custo amortizado são:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Contas a receber;
- Dividendos a receber.

ii) Valor justo por meio do resultado

São aqueles que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (esse último não utilizado pelo Grupo). Os custos de transação relacionados são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A não ser que se integrem em uma relação de cobertura, estes ativos são mantidos ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no resultado. A receita de juros desses ativos é incluída na receita financeira.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

Custo amortizado

Compreendem os passivos mensurados pelo método da taxa efetiva de juros, com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Grupo e classificados nessa categoria são

- Fornecedores;
- Empréstimos e financiamentos;
- Dividendos a pagar;
- Passivo de arrendamento.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado. O Grupo não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Análise dos instrumentos financeiros

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (debêntures), passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, podem ser assim sumarizados:

	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e financiamentos (debêntures)	1.040.250	1.003.346
Passivos de arrendamento	29.063	29.431
(-) Caixas e equivalentes de caixa	(254.703)	(188.320)
Dívida líquida	814.610	844.457
Total do patrimônio líquido	(12.662)	7.938
Total do Capital	801.948	852.395
Índice de alavancagem financeira	102%	99%

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		Controladora				
		31.03.2026		31.12.2025		
Nível	Notas	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo financeiro pelo custo amortizado						
Caixa e equivalente de caixa	1	3	142.638	142.638	69.906	69.906
Contas a receber	2	4	61.072	61.072	107.126	107.126
Mútuos a receber	2	19	149.085	149.085	144.347	144.347
Dividendos a receber	1	19	50.368	50.368	81.885	81.885
			403.163	403.163	403.264	403.264
		Consolidado				
		31.03.2026		31.12.2025		
Nível	Notas	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativo financeiro pelo custo amortizado						
Caixa e equivalente de caixa	1	3	254.703	254.703	188.320	188.320
Contas a receber	2	4	108.993	108.993	108.402	108.402
Mútuos a receber	2	19	149.085	149.085	144.347	144.347
			512.781	512.781	441.069	441.069

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria—Continuação

	Nível	Notas	Controladora			
			31.03.2026		31.12.2025	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros pelo custo amortizado						
Fornecedores	2	9	16.862	16.862	13.415	13.415
Empréstimos e financiamentos	2	12	1.040.250	1.074.098	1.003.346	1.038.974
Dividendos a pagar	1	13	16.516	16.516	16.516	16.516
Passivo de arrendamento	2	8	795	795	950	950
			1.074.423	1.108.271	1.034.227	1.069.855

65

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

c) Mensuração do valor justo--Continuação

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio do Grupo são:

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

d) Gestão de risco—Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam o Grupo a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

O grupo possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade do Grupo honrar suas dívidas. O Grupo procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Controladora

31 de março de 2026	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	16.862	16.862	16.862	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.040.250	1.046.658	146.658	100.000	100.000	150.000	550.000
Passivo de arrendamento	795	924	888	36	-	-	-

Consolidado

31 de março de 2026	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	136.214	136.214	114.479	21.735	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.040.250	1.046.658	146.658	100.000	100.000	150.000	550.000
Passivo de arrendamento	29.063	56.032	5.628	2.728	2.692	2.692	42.292

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

d) Gestão de risco—Continuação

iii) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de o Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas, em contrapartida impactará na remuneração do caixa do Grupo.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) poderá ter impacto adverso no resultado do Grupo na medida em que pode inibir o crescimento econômico do país e, conseqüentemente, do setor elétrico. Ressalte-se também que o Grupo possui debêntures indexadas a taxas de juros pós fixadas ficando, portanto, os fluxos de pagamento dessas dívidas expostos às flutuações das taxas de juros. Diante desse cenário, o Grupo está exposto a um risco financeiro associado a taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro de seus passivos financeiros. Por outro lado, o Grupo possui instrumentos financeiros ativos, como caixa e equivalentes de caixa onde tais recursos financeiros são mantidos em instituições financeiras remunerados pela taxa de depósitos interbancários (DI), atenuando o impacto no resultado decorrendo do aumento dos passivos financeiros do Grupo.

Em 31 de março de 2026, a totalidade do saldo consolidado de debêntures era indexado a juros pós-fixados, como a taxa de depósitos interbancários (DI).

O montante de empréstimos e financiamentos e debêntures do Grupo (i) corrigidos pela taxa DI teve saldo de R\$1.040.250 em 31 de março de 2026.

A tabela a seguir demonstra análise de sensibilidade ao risco de taxas de juros no período findo em 31 de março de 2026, na qual são considerados os seguintes cenários sobre a variação das despesas financeiras brutas, sendo: (i) cenário provável, o adotado pelo Grupo; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados do Grupo, considerando a deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

d) Gestão de risco—Continuação

iii) *Risco de taxa de juros*—Continuação

Controladora				
Instrumentos financeiros	31/03/2026	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
		CDI em 31/03/2026	CDI + 25%	CDI + 50%
Variação do índice		14,65%	18,31%	21,98%
Caixa e equivalente de caixa (Nota 3)	142.638	20.896	26.117	31.352
Debêntures (Nota 12)	1.040.250	(152.397)	(190.470)	(228.647)
Passivo de arrendamento (Nota 8)	795	(116)	(146)	(175)
Total do impacto dos instrumentos financeiros		(131.617)	(164.499)	(197.470)

Consolidado				
Instrumentos financeiros	31/03/2026	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
		CDI em 31/03/2025	CDI + 25%	CDI + 50%
Variação do índice		14,65%	18,31%	21,98%
Caixa e equivalente de caixa (Nota 3)	254.703	37.314	46.636	55.984
Debêntures (Nota 12)	1.040.250	(152.397)	(190.470)	(228.647)
Passivo de arrendamento (Nota 8)	29.063	(4.258)	(5.321)	(6.388)
Total do impacto dos instrumentos financeiros		(119.341)	(149.155)	(179.051)

O cenário provável foi determinado com base no CDI em 31 de março de 2026 e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo. Esse cenário provável abrange a taxa de 12 meses.

iv) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela diretoria por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendidas plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

TERP GLBL Brasil I Participações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco—Continuação

e) Derivativos

Durante os períodos de 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, o Grupo não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

22. Compromissos

Em 31 de março de 2026, os compromissos contratuais da Companhia e suas controladas, não reconhecido nas informações financeiras intermediárias é demonstrado abaixo:

	Consolidado				
	2026	2027	2028	2029	2030
Taxas da Aneel fixas (O&M)	17.971	26.033	26.680	26.858	28.752
Serviços administrativos	4.968	6.953	7.364	7.835	8.364
Serviços elétricos de terceiros (O&M)	26.795	40.347	42.875	45.780	49.048
Serviços elétricos de terceiros (Capex)	7.815	8.243	8.730	9.288	9.915
	57.549	81.576	85.649	89.761	96.079

23. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

No decorrer do período de três meses findo em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
<u>Transações não caixa</u>				
Transferência para estoque	-	(104)	-	(104)
Dividendos a receber	30.017	-	-	-

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, referente ao período findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Carlos Gustavo Nogari Andrioli

Jose Ricardo Elbel Simão

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., emitido em 14 de maio de 2026, sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, referente ao período findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Carlos Gustavo Nogari Andrioli

Jose Ricardo Elbel Simão